

Conselho Directivo | Mandato 2024-2027

XIV Reunião Ordinária

COMUNICADO FINAL

Luanda, 27 de Janeiro de 2026 - O Conselho Directivo (CD) da ADRA reuniu, nesta data, em sessão ordinária, sob orientação do Presidente do órgão, Manuel Neto. O encontro contou com a participação do Director Geral da Agência de Desenvolvimento (AD).

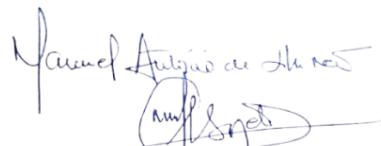
A reunião permitiu ao CD analisar o contexto político, social e económico nacional, bem como apreciar matérias relevantes da vida institucional da ADRA, com destaque para o balanço das acções da Agência de Desenvolvimento em 2025, o relatório anual do Conselho Directivo, a planificação para 2026, a avaliação intermédia do Plano Estratégico, a captação de recursos e a avaliação do desempenho dos órgãos sociais.

Após discussão em plenária, o Conselho Directivo da ADRA comunica que, em matéria de contexto nacional, foram identificados dois assuntos críticos:

- **A aprovação na Assembleia Nacional, na generalidade, da Lei do Estatuto das ONGs**, sem um adequado processo de engajamento das partes interessadas, o que constitui um retrocesso à promoção da sociedade civil e do desenvolvimento sustentável de Angola.
- **A insuficiente atenção do Governo ao Programa Nacional de Apoio à Campanha Agrícola**, que torna as famílias do meio rural mais vulneráveis e desprotegidas. A ADRA registou a ausência de orientações claras às Administrações Municipais e às Estações de Desenvolvimento Agrário quanto às estratégias de apoio às famílias camponesas no presente ano agrícola, o que fragiliza a produção, aumenta a vulnerabilidade socioeconómica e agrava a pobreza nas famílias.

Face a estes dois factos, o CD apela a um diálogo mais aberto, inclusivo e permanente entre o Governo, a academia e as diferentes organizações da sociedade civil, no sentido de serem encontrados caminhos conjuntos que permitam as ONGs realizarem as suas acções e projectos sociais sem interferências que perigam o diálogo necessário entre o Governo e a Sociedade. Criar dificuldades ao notável trabalho que tem sido desenvolvido pelas ONGs é um atestado de falta de compromisso público do Governo para com a população. O diálogo, a concertação e a alteração da Lei são, sem dúvidas, as medidas mais certas a se tomar, agora.

O CD apela ainda ao Executivo para que reforce as políticas e acções concretas de apoio às famílias camponesas, com vista a fortalecer e aumentar a produção agrícola das famílias. Apenas assim será possível construir-se um país comprometido com o combate à pobreza no meio rural e com segurança alimentar e nutricional.



Pelo Conselho Directivo da ADRA
Manuel da Silva Neto